

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.379.453	1.396.635
1.01	Ativo Circulante	146.737	161.625
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81.313	93.079
1.01.03	Contas a Receber	52.659	55.863
1.01.03.01	Clientes	52.659	55.863
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	3.354	2.680
1.01.03.01.02	Contas a Receber partes relacionadas	49.305	53.183
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.780	6.603
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.674	2.395
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.311	3.685
1.01.08.03	Outros	8.311	3.685
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.01.08.03.02	Outros Créditos	5.014	388
1.02	Ativo Não Circulante	1.232.716	1.235.010
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	163.288	150.316
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	148.075	143.238
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	125.820	120.159
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	22.255	23.079
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	552	386
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	552	386
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.661	6.692
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	881	793
1.02.01.09.05	Outros créditos	197	230
1.02.01.09.06	Contas a receber - com operações de derivativos	13.583	5.669
1.02.03	Imobilizado	62.344	64.900
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.153	54.699
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.191	10.201
1.02.04	Intangível	1.007.084	1.019.794
1.02.04.01	Intangíveis	1.007.084	1.019.794
1.02.04.01.02	Direito de exploração da infraestrutura concedida	858.286	867.802
1.02.04.01.03	Direito da concessão - ágio	3.468	3.193
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	145.330	148.799

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.379.453	1.396.635
2.01	Passivo Circulante	404.469	427.036
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.320	9.775
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.238	1.323
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.082	8.452
2.01.02	Fornecedores	18.555	21.107
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.467	20.874
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	88	233
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.693	62.489
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.339	58.147
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18.628	52.839
2.01.03.01.02	Outros impostos e contribuições a recolher	3.711	5.308
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.354	4.342
2.01.03.03.01	Impostos e contribuições a recolher	4.354	4.342
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	320.892	305.882
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	124	135
2.01.04.02	Debêntures	320.768	305.747
2.01.05	Outras Obrigações	26.055	26.595
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.150	2.157
2.01.05.02	Outros	23.905	24.438
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.815	8.815
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	1.258	1.239
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	4.444	5.755
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	9.388	7.758
2.01.05.02.07	Mútuos - partes relacionadas	0	871
2.01.06	Provisões	954	1.188
2.01.06.02	Outras Provisões	954	1.188
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	954	1.188
2.02	Passivo Não Circulante	675.186	738.509
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	540.020	608.273
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	156	185
2.02.01.02	Debêntures	539.864	608.088
2.02.02	Outras Obrigações	45.623	44.305
2.02.02.02	Outros	45.623	44.305
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.04	Obrigações com o poder concedente	1.585	2.253
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	628	707
2.02.02.02.06	Mútuos - partes relacionadas	41.686	39.621
2.02.03	Tributos Diferidos	51.823	52.446
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	51.823	52.446
2.02.04	Provisões	37.720	33.485
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.762	4.128
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.762	4.128
2.02.04.02	Outras Provisões	33.958	29.357
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	33.958	29.357
2.03	Patrimônio Líquido	299.798	231.090

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.677	2.677
2.03.04	Reservas de Lucros	88.650	88.650
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	68.708	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	221.261	215.674
3.01.01	Receita bruta de vendas e/ou serviços	241.484	235.173
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-20.223	-19.499
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-77.885	-68.875
3.02.01	Custo de construção	-7.320	-9.687
3.02.02	Provisão de manutenção	-4.020	-2.864
3.02.03	Depreciação e amortização	-21.591	-19.441
3.02.04	Custo de outorga	-13.701	-13.474
3.02.05	Serviços	-17.132	-10.414
3.02.06	Custos com pessoal	-9.255	-8.441
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-1.844	-1.890
3.02.08	Outros	-3.022	-2.664
3.03	Resultado Bruto	143.376	146.799
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.893	-19.773
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.893	-19.773
3.04.02.01	Serviços	-6.711	-8.338
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-4.230	-3.864
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-4.028	-3.893
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-171	-137
3.04.02.05	Outros	-1.753	-3.541
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	126.483	127.026
3.06	Resultado Financeiro	-23.357	-19.173
3.06.01	Receitas Financeiras	15.838	4.790
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.195	-23.963
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.126	107.853
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.418	-36.680
3.08.01	Corrente	-35.041	-36.068
3.08.02	Diferido	623	-612
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.708	71.173
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	68.708	71.173
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00468	0,00485
3.99.01.02	PN	0,00515	0,00533
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00468	0,00485
3.99.02.02	PN	0,00515	0,00533

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	68.708	71.173
4.03	Resultado Abrangente do Período	68.708	71.173

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	82.877	88.340
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	125.593	122.792
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido no período	68.708	71.173
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-623	612
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	824	824
6.01.01.04	Depreciação e amortização	22.352	20.057
6.01.01.05	Amortização do direito de concessão	3.469	3.248
6.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado	4	18
6.01.01.09	Juros e variação monetária sobre debêntures e financiamentos	30.340	22.709
6.01.01.10	Capitalização de custo de empréstimos	-2.372	-922
6.01.01.11	Juros sobre impostos parcelados	0	1.021
6.01.01.14	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	66	23
6.01.01.15	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	280	258
6.01.01.16	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	4.020	2.864
6.01.01.17	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	744	907
6.01.01.19	Resultado de operações com derivativos	-3.413	0
6.01.01.20	Juros sobre mútuos	1.194	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-42.716	-34.452
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-740	-581
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	3.712	3.964
6.01.02.03	Impostos a recuperar	3.823	-1.017
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros créditos	-3.958	1.657
6.01.02.05	Despesas antecipadas da outorga fixa	-5.661	-4.677
6.01.02.07	Fornecedores	-2.552	4.529
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	-7	2.051
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	1.545	1.007
6.01.02.10	Imp. e contr. a recolher e parcelados e provisão para IR e CS	30.688	34.391
6.01.02.11	Liquidação de provisão de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-646	-167
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	-649	-2.478
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-397	-5.451
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-1.390	-788
6.01.02.15	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-66.484	-66.892
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.187	-8.855
6.02.01	Aquisição do ativo imobilizado	-1.704	-2.162
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-6.483	-6.693
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-86.456	-160.321
6.03.01	Resgates/aplicações (com reserva)	-2	0
6.03.02	Distribuição de dividendos	0	-74.785
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	-3.110	0
6.03.06	Financiamentos e Debêntures - Pagamentos de principal	-65.458	-65.715
6.03.07	Financiamentos e Debêntures - Pagamentos de juros	-17.886	-19.821
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.766	-80.836
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	93.079	171.226

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	81.313	90.390

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	88.650	0	0	231.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	88.650	0	0	231.090
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.708	0	68.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.708	0	68.708
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	88.650	68.708	0	299.798

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	172.208	0	0	314.648
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	172.208	0	0	314.648
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	71.173	0	71.173
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	71.173	0	71.173
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-74.785	0	0	-74.785
5.06.05	Dividendos Propostos	0	0	-74.785	0	0	-74.785
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	97.423	71.173	0	311.036

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	243.856	235.173
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	238.720	231.962
7.01.02	Outras Receitas	5.136	3.211
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.449	-39.022
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.570	-14.546
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.539	-11.925
7.02.04	Outros	-11.340	-12.551
7.02.04.01	Provisão de manutenção	-4.020	-2.864
7.02.04.02	Custo de construção	-7.320	-9.687
7.03	Valor Adicionado Bruto	202.407	196.151
7.04	Retenções	-25.821	-23.305
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.821	-23.305
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	176.586	172.846
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.838	4.790
7.06.02	Receitas Financeiras	15.838	4.790
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	192.424	177.636
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	192.424	177.636
7.08.01	Pessoal	11.701	10.785
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.143	7.472
7.08.01.02	Benefícios	2.905	2.580
7.08.01.03	F.G.T.S.	448	438
7.08.01.04	Outros	205	295
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	56.473	57.904
7.08.02.01	Federais	44.567	46.483
7.08.02.02	Estaduais	204	145
7.08.02.03	Municipais	11.702	11.276
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.542	37.774
7.08.03.01	Juros	41.520	23.938
7.08.03.02	Aluguéis	321	362
7.08.03.03	Outras	13.701	13.474
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	68.708	71.173
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	68.708	71.173

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais

Comentários Sobre o Desempenho - 1º trimestre 2015

As informações financeiras e operacionais descritas abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 1T14.

Principais Destaques

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 213,9 milhões (3,8%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 68,7 milhões (-3,5%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 131,3 milhões (+0,4%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 157,1 milhões (+1,9%).

Indicadores [R\$ MM]	1ºT15	1ºT14	Var. %
Receita Líquida Operacional (*)	213,9	206,0	3,8%
EBIT Ajustado	131,3	130,8	0,4%
Margem EBIT Ajustada	61,4	63,5	-2,1 p.p.
EBITDA Ajustado	157,1	154,1	1,9%
Margem EBITDA Ajustada	73,4	74,8	-1,4 p.p.
Lucro Líquido	68,7	71,2	-3,5%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	1ºT15	1ºT14	Var. %
Veículos Equivalentes	30.752.265	31.494.199	-2,4%
Veículos Leves (Eq)	17.305.927	17.043.685	1,5%
Veículos Pesados (Eq)	13.446.338	14.450.515	-6,9%

1 - Veículos Equivalentes é a média calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (-2,4%)

O Tráfego consolidado do 1T15 recuou 2,4% em relação ao 1T14, com efeito calendário nulo sobre o ano anterior.

Veículos de Passeio (+1,5%)

Com aumento de 1,5% sobre o 1T14, os três primeiros meses de 2015 mostraram um efeito calendário nulo na movimentação dos veículos de passeio, com destaque para o tráfego pendular da região metropolitana de São Paulo.

Comentário do Desempenho

Veículos Comerciais (-6,9%)

A movimentação de veículos comerciais no 1T15 foi -6,9% menor comparada ao 1T14, com efeito calendário nulo. Este resultado foi impactado pela retração na produção industrial brasileira, cujo resultado é fortemente influenciado pela produção de veículos, que tem importante pólo de produção de componentes na região de Sorocaba.

Reajustes de tarifas de pedágio

Vide contexto operacional.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita bruta operacional [R\$ mil]	1ºT15	1ºT14	Var.%
Receita de pedágio	230.903	222.275	3,9%
Receitas acessórias	3.261	3.211	1,6%
Receita bruta operacional total	234.164	225.486	3,8%

Receita bruta de construção [R\$ mil]	1ºT15	1ºT14	Var%
Total	7.320	9.687	-24,4%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre as principais obras realizadas na Rodovia Presidente Castello Branco – SP 280 foram: Extensão das marginais existentes na Rodovia Castello Branco, na região de Barueri, entre os km 23+020 a 25.700 e Recuperação do pavimento rígido na marginal oeste.

Já na rodovia Raposo Tavares – SP 270 as obras em destaques são: implantação das marginais de Sorocaba (km 92 ao km 106), pistas leste e oeste, desapropriações em andamento e recuperação de pavimento flexível dos trevos do km 92 ao km 115, implantação de contorno viário provisório na altura da cidade de São Roque e implantação de dispositivo de retorno em nível no km 58. Tais obras visam o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez.

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 1T15 cresceu 3,8% em relação ao 1T14, influenciado pelo reajuste tarifário de 2014.

As deduções sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 8,65%, aumentaram em 3,8% no 1T15, em relação ao 1T14, reflexo do aumento da receita bruta operacional.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Totais

Custos e Despesas [R\$ mil]	1ºT15	1ºT14	Var. %
Custo de Construção	7.320	9.687	-24,4%
Provisão de Manutenção	4.020	2.864	40,4%
Depreciação e Amortização	25.821	23.305	10,8%
Custos da Outorga	13.701	13.474	1,7%
Serviços de Terceiros	23.843	18.752	27,1%
Custo com pessoal	13.283	12.334	7,7%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.015	2.027	-0,6%
Outros	4.775	6.205	-23,0%
Custos e Despesas Totais	94.778	88.648	6,9%

O custo total da concessionária aumentou R\$ 6.153 mil no 1T15, quando comparado ao mesmo período de 2014. As principais alterações estão mencionadas a seguir:

Custo de Construção: A diminuição de 24,4% no 1T15, comparado com o 1T14, é reflexo dos investimentos realizados nas rodovias Presidente Castello Branco e Rodovia Raposo Tavares, realizados conforme cronograma de contratos e mencionado nos itens acima.

Provisão de Manutenção: Neste trimestre houve um aumento de 40,4%, em comparação com o 1T14, associada à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento.

Depreciação e Amortização: Reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo em serviço, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados pelo desempenho da receita operacional.

Serviços de Terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial das rodovias, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. No 1T15 verificou-se um aumento de R\$ 5.091 mil em relação ao 1T14, justificado pelos gastos em custo direto realizado no período.

Custos com Pessoal: No 1T15 houve um aumento de R\$ 949 mil em relação ao mesmo período de 2014, em função do dissídio ocorrido em abril de 2014.

Outros: Os custos do 1T15 foram 22,7% menores em relação ao 1T14, impactados principalmente pela redução de despesas legais e judiciais no período.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	1ºT15	1ºT14	Var. %
Lucro Líquido	68,7	71,2	-3,5%
(+) IR/CS	34,4	36,7	-6,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	23,4	19,2	21,8%
(+) Depreciação e Amortização	25,8	23,3	10,7%
EBITDA (a)	152,3	150,4	1,3%
Margem EBITDA (a)	71,2	73,0	-1,8 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	4,0	2,9	37,9%
EBITDA Ajustado	157,1	154,1	1,9%
Margem EBITDA Ajustada (d)	73,4	74,8	-1,4 p.p.

- (a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.
- (b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.
- (c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.
- (d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	1ºT15	1ºT14	Var. %
Lucro Líquido	68,7	71,2	-3,5%
(+) IR/CS	34,4	36,7	-6,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	23,4	19,2	21,9%
EBIT (a)	126,5	127,1	-0,5%
Margem EBIT (a)	59,1	61,7	-2,6 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	4,0	2,9	37,9%
EBIT Ajustado	131,3	130,8	0,4%
Margem EBIT Ajustada (d)	61,4	63,5	-2,1 p.p.

- (a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.
- (b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.
- (c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras.
- (d) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	1ºT15	1ºT14	Var. %
Despesas Financeiras	(39,2)	(23,9)	64,0%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(38,4)	(22,7)	69,2%
Taxas, Comissões e Outros	(0,1)	(0,3)	-66,7%
Ajuste a VP da Provisão de Manut.	(0,7)	(0,9)	-22,2%
Receitas Financeiras	15,8	4,8	229,9%
Rendimento sobre aplicações Financ	2,6	4,2	-37,4%
Outras receitas financeiras	13,2	0,6	1975,5%
Resultado Financeiro líquido	(23,4)	(19,1)	22,4%

O Resultado Financeiro do 1T15 está 22,4% superior quando comparado ao 1T14, em razão dos juros incorridos sobre as Debêntures da 5ª Emissão, realizada em outubro de 2014, além do aumento do CDI.

2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários de rodovias, melhor qualidade.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	1ºT15	1ºT14	Var. %
Total de acidentes	763	906	-15,8%
Total de vítimas	510	653	-21,9%

A CCR ViaOeste trabalha para o aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias, principalmente com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, monitorando as rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, aplicação de campanhas educativas e ações de engenharia. Todas estas ações propiciaram no 1T15 uma redução no número de acidentes e vitimas em relação ao 1T14, em 15,8% e 21,9%, respectivamente.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Os seguintes projetos socioculturais e esportivos foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste:

Estrada para Cidadania: Conjunto de ações de caráter educacional que visa consolidar conceitos de Educação para o Trânsito, Cidadania e Meio Ambiente, realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, para os alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, em 17 cidades no entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste.

Estrada para Saúde: Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial, acuidade visual, cálculo de IMC, consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e

Comentário do Desempenho

restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários, espaço com lavanderia e chuveiros, além de um amplo estacionamento com capacidade para 50 carretas.

Pintura Solidária: Oficinas de pintura, voltadas para instituições em geral (APAE, hospitais, creches, abrigos, etc.), tendo como objetivo a inclusão cultural e a ampliação do acesso à cultura, promovendo a igualdade e a dignidade para todos. Ao todo, seis municípios são atendidos, sendo 01 (uma) instituição beneficiada em cada cidade.

Fundação Tênis: Programa educacional esportivo com linha pedagógica na educação olímpica, desenvolvido nos valores de amizade, respeito e excelência. O projeto é realizado em escolas do município de Santana de Parnaíba.

Karatequina: O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, vídeo-game, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

Projeto Sacolona – O Sacolona é um projeto socioambiental que transforma lonas e banners que seriam descartados, em criativos produtos ecologicamente corretos, revertendo lixo em um negócio rentável. Em parceria com a Associação de Costureiras de Santana de Parnaíba, as lonas e banners são doados e a associação idealiza os produtos e viabiliza a confecção dos itens (corte e costura, comercialização e administração do negócio).

ImageMagica - O projeto *Alfabetização Visual* consiste em um curso de foto digital para alunos de escolas públicas e centros culturais buscando a transformação social. Por meio da fotografia e da linguagem visual, os estudantes são estimulados a perceber a realidade a sua volta, despertando neles o papel de agentes transformadores e proporcionando a prática da cidadania no meio em que vivem. Com meio ambiente, água, sustentabilidade, educação e segurança no trânsito como temas, os participantes desenvolvem atividades fotográficas que estimulam o pensamento crítico sobre os assuntos propostos. Ao final do curso, acontece a formatura e uma exposição fotográfica, organizada pelos próprios estudantes, na qual são apresentados os trabalhos desenvolvidos.

5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço da sede é na Rod. Presidente Castello Branco, S/N - KM 24 – sentido capital, lado par, conjunto norte, bairro Jardim Mutinga na cidade de Barueri, no estado de São Paulo. A controladora final da Companhia é a CCR S.A.

Neste trimestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o trimestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, exceto os divulgados abaixo:

(i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo.

Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

(ii) Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido a compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, visando a regularidade do Contrato com aplicação do índice

Notas Explicativas

contratual às tarifas de pedágio. Em 03.03.2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09.03.2015 foram propostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela Artesp e pelo Estado de São Paulo, que aguardam decisão.

2. Apresentação das ITR

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 13 de maio de 2015 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITR.

3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 31 de março de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 257.732, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	1.487	2.483
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>79.826</u>	<u>90.596</u>
	<u>81.313</u>	<u>93.079</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,74% do CDI, equivalente a 12,07% ao ano (10,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

7. Contas a receber

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	2.850	2.134
Receitas acessórias (b)	<u>679</u>	<u>655</u>
	3.529	2.789
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(175)</u>	<u>(109)</u>
	<u><u>3.354</u></u>	<u><u>2.680</u></u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos a vencer	3.278	2.559
Créditos vencidos até 60 dias	46	105
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	30	16
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	78	24
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>97</u>	<u>85</u>
	<u><u>3.529</u></u>	<u><u>2.789</u></u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	103.126	107.853
Alíquota nominal	34%	34,00%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(35.063)	(36.670)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(35)	(36)
Despesas indedutíveis	90	(39)
Incentivo relativo ao imposto de renda	712	136
Outros ajustes tributários	(81)	7
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(41)	(78)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(34.418)</u>	<u>(36.680)</u>
Impostos correntes	(35.041)	(36.068)
Impostos diferidos	623	(612)
	<u>(34.418)</u>	<u>(36.680)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,37%</u>	<u>34,01%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	65.405	65.647
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.366	1.111
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.279	1.403
Custo de transação na emissão de títulos	239	232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.212	891
Outros	1.376	1.455
	<u>70.877</u>	<u>70.739</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(118.387)	(121.232)
Ganhos de operações com derivativos	(2.303)	-
Outros	(2.010)	(1.953)
	<u>(122.700)</u>	<u>(123.185)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(51.823)</u>	<u>(52.446)</u>

- (a) Saldos de diferenças temporárias de depreciação e amortização resultante da aplicação do art. 69 da lei 12.973/14 (fim do RTT).

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)					
	31/03/2015	31/12/2014				
Circulante	3.297	3.297				
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Não Circulante	22.255	23.079	125.820	120.159	148.075	143.238

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa na Companhia pela extensão do prazo de março de 2018 para dezembro de 2022, sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e coligadas podem ser assim demonstradas:

	Transações			Saldos			
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo	Passivo		
				Contas a receber	AFAC	Mútuo	Fornecedores
Controladora							
CCR S.A. - Divisão Actua (a) (h)	-	3.046	-	-	1.724	-	953
Coligadas							
AutoBan (c)	-	-	-	6	-	-	-
CGMP (g)	-	-	-	47.829	-	-	-
CPC (b)	-	3.808	-	-	-	-	1.191
MSVia (c)	-	-	-	1	-	-	-
Rodoanel Oeste (c) (d)	-	-	1.194	-	-	41.686	4
Samm (f)	850	-	-	2.020	-	-	-
Serveng Civilsan (e)	-	-	-	-	-	-	1
SPVias (c)	-	-	-	-	-	-	1
ViaQuatro (c)	-	-	-	1	-	-	-
Total circulante, 31 de março de 2015				49.305	-	-	2.150
Total não circulante, 31 de março de 2015				552	1.724	41.686	-
Total, 31 de março de 2015	850	6.854	1.194	49.857	1.724	41.686	2.150
Total, 31 de dezembro de 2014				53.569	1.724	40.492	2.157
Total, 31 de março de 2014	478	6.752	-				

Notas Explicativas

Despesas com profissionais chave da Administração

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u> (Reapresentado)
Remuneração (i):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	349	502
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado (j)	165	230
Previdência privada	18	19
Seguro de vida	1	2
	<u>533</u>	<u>753</u>

Na AGO realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (Reapresentado)
Remuneração dos administradores (i)	1.169	1.061

- (a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP nº 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;
- (e) Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 17 de abril de 2014 a 11 de fevereiro de 2015;
- (f) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (g) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à companhia no mês subsequente;
- (h) Adiantamento para futuro aumento de capital;

Notas Explicativas

- (i) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e
- (j) Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação de resultado de 2014, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2015.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/03/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	3.925	(2.127)	1.798	3.896	(2.038)	1.858
Máquinas e equipamentos	12	34.937	(17.131)	17.806	33.944	(16.117)	17.827
Veículos	20	13.188	(5.365)	7.823	12.295	(4.734)	7.561
Instalações e edificações	5	2.130	(2.022)	108	2.130	(2.015)	115
Equipamentos operacionais	16	68.587	(41.969)	26.618	67.227	(39.889)	27.338
Imobilizado em andamento	-	8.191	-	8.191	10.201	-	10.201
		<u>130.958</u>	<u>(68.614)</u>	<u>62.344</u>	<u>129.693</u>	<u>(64.793)</u>	<u>64.900</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Movimentação do custo

	31/12/2014		31/03/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.896	-	(4)	33	3.925
Máquinas e equipamentos	33.944	-	(13)	1.006	34.937
Veículos	12.295	-	-	893	13.188
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Equipamentos operacionais	67.227	-	-	1.360	68.587
Imobilizado em andamento	10.201	1.916	-	(3.926)	8.191
	<u>129.693</u>	<u>1.916</u>	<u>(17)</u>	<u>(634)</u>	<u>130.958</u>

	31/12/2013		31/03/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	141.102	2.317	(195)	(102)	143.122
	<u>141.102</u>	<u>2.317</u>	<u>(195)</u>	<u>(102)</u>	<u>143.122</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Movimentação da depreciação

	31/12/2014		31/03/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.038)	(91)	2	-	(2.127)
Máquinas e equipamentos	(16.117)	(1.021)	5	2	(17.131)
Veículos	(4.734)	(633)	2	-	(5.365)
Instalações e edificações	(2.015)	(7)	-	-	(2.022)
Equipamentos operacionais	(39.889)	(2.082)	4	(2)	(41.969)
	<u>(64.793)</u>	<u>(3.834)</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>(68.614)</u>

	31/12/2013		31/03/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	(78.791)	(3.184)	177	-	(81.798)

Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 212 no trimestre findo em 31 de março de 2015 (R\$ 155 no trimestre findo em 31 de março de 2014). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2015 foi de 0,92% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,71% a.m. no 1º trimestre de 2014.

12. Ativos Intangíveis

	Taxa média anual de amortização %	31/03/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	(*)	1.327.804	(469.518)	858.286	1.319.161	(451.359)	867.802
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	10.726	(7.567)	3.159	10.092	(7.245)	2.847
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.557	(1.248)	309	1.557	(1.211)	346
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	251.709	(106.379)	145.330	251.709	(102.910)	148.799
		<u>1.591.796</u>	<u>(584.712)</u>	<u>1.007.084</u>	<u>1.582.519</u>	<u>(562.725)</u>	<u>1.019.794</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2014	31/03/2015		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.319.161	8.643	-	1.327.804
Direitos de uso de sistemas informatizados	10.092	-	634	10.726
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	1.557
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	251.709
	<u>1.582.519</u>	<u>8.643</u>	<u>634</u>	<u>1.591.796</u>
	31/12/2013	31/03/2014		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	1.509.802	7.460	102	1.517.364

Movimentação da amortização

	31/12/2014	31/03/2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(451.359)	(18.159)	(469.518)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(7.245)	(322)	(7.567)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.211)	(37)	(1.248)
Direito da concessão - ágio (c)	(102.910)	(3.469)	(106.379)
	<u>(562.725)</u>	<u>(21.987)</u>	<u>(584.712)</u>
	31/12/2013	31/03/2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Movimento em 2014	(474.064)	(20.121)	(494.185)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Do montante de R\$ 1.327.804, em 31 de março de 2015, R\$ 70.649 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário; e

Notas Explicativas

- (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.160 no trimestre findo em 31 de março de 2015 (R\$ 767 no trimestre findo em 31 de março de 2014). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2015 foi de 0,92% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,71% a.m. no 1º trimestre de 2014.

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	31/03/2015	31/12/2014
1. Alfa S.A. (Finame)	5,5% a.a.	Julho de 2017	273	302 (a)
2. Alfa S.A. (Finame)	7,0% a.a.	Mai de 2015	7	18 (a)
Total em moeda nacional			280	320
Circulante			124	135
Não circulante			156	185

Garantias:

- (a) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2015
2016	88
2017	68
	156

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- (1) Em 29 de outubro de 2012, a Companhia captou R\$ 525 através de Finame junto ao Banco Alfa, com remuneração fixa de juros de 5,50% ao ano, com vencimento em 17 de julho de 2017 e pagamentos mensais de juros e principal no respectivo dia 15.
- (2) Nos financiamentos junto aos contratos de Finame, quando a TJLP for superior à taxa de 6% ao ano, a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme cronograma de amortizações originalmente previsto.

Notas Explicativas

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimento final	31/03/2015	31/12/2014
1 3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	740	-	Fevereiro de 2015	-	22.232 (d)
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	796	Maio de 2017	400.512	444.755 (d)
5a. Emissão Série 1	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	641	Setembro de 2017	306.357	297.357 (d)
5a. Emissão Série 2 (c)	IPCA+5,67 % a.a.	0,3360% (b)	1.334	1.126	Setembro de 2019	153.763	149.491 (d)
Total geral				2.564		860.632	913.835
Circulante							
Debêntures						322.132	307.253
Custo de transação						(1.364)	(1.506)
						320.768	305.747
Não Circulante							
Debêntures						541.064	609.577
Custo de transação						(1.200)	(1.489)
						539.864	608.088

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 22.

Garantias:

- (d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2015</u>
2016	219.354
2017	175.230
2019	146.480
	541.064

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste trimestre findo em 31 de março de 2015, ocorreu a operação abaixo descrita:

1. Em 20 de fevereiro de 2015 ocorreu o pagamento total da 3ª emissão de Debêntures.

Notas Explicativas**15. Fornecedores**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	8.379	10.870
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	88	233
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>10.088</u>	<u>10.004</u>
	<u>18.555</u>	<u>21.107</u>

- (a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16. Impostos e contribuições a recolher**a) Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRPJ e CSLL	18.628	52.839
ISS	4.354	4.342
COFINS	2.536	2.523
Outros	<u>1.175</u>	<u>2.785</u>
	<u>26.693</u>	<u>62.489</u>

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	<u>31/12/2014</u>		<u>31/03/2015</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Provisão de juros</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.217	-	71	(195)	-	1.093
Trabalhistas e previdenciários	<u>2.911</u>	<u>60</u>	<u>10</u>	<u>(249)</u>	<u>(63)</u>	<u>2.669</u>
	<u>4.128</u>	<u>60</u>	<u>81</u>	<u>(444)</u>	<u>(63)</u>	<u>3.762</u>
	<u>31/12/2013</u>			<u>31/03/2014</u>		
Movimento em 2014	<u>2.253</u>	<u>119</u>	<u>94</u>	<u>(3)</u>	<u>(119)</u>	<u>2.344</u>

Notas Explicativas

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 57 e R\$ 145, respectivamente (R\$ 32 e R\$ 132 respectivamente em 31 de março de 2014).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cíveis e administrativos	17.805	14.428
Trabalhistas	<u>876</u>	<u>853</u>
	<u>18.681</u>	<u>15.281</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2015 é de R\$ 1.596.

18. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2015</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo Final</u>
Circulante	1.188	76	37	(397)	50	954
Não circulante	<u>29.357</u>	<u>3.944</u>	<u>707</u>	<u>-</u>	<u>(50)</u>	<u>33.958</u>
Total	<u>30.545</u>	<u>4.020</u>	<u>744</u>	<u>(397)</u>	<u>-</u>	<u>34.912</u>
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>				
Movimento em 2014	<u>32.015</u>	<u>2.864</u>	<u>907</u>	<u>(5.451)</u>	<u>-</u>	<u>30.335</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14% a.a. e 12,29% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

19. Patrimônio líquido

Lucro por ação – básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	68.708	71.173
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00468	0,00485
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00515	0,00533

Notas Explicativas

20. Receitas

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receitas de pedágio	230.903	222.275
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	7.320	9.687
Receitas acessórias	3.261	3.211
Receita bruta	241.484	235.173
Impostos sobre receitas	(20.223)	(19.499)
Deduções da receita bruta	(20.223)	(19.499)
Receita líquida	<u>221.261</u>	<u>215.674</u>

21. Resultado financeiro

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(24.799)	(22.709)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(744)	(907)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.372	922
Juros sobre impostos parcelados	-	(1.021)
Perda com operações de derivativos	(6.273)	-
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	(2.923)	-
Variação monetária sobre debêntures	(5.541)	-
Juros e variações monetária sobre mútuos	(1.194)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(93)	(248)
	<u>(39.195)</u>	<u>(23.963)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.627	4.154
Ganho com operações de derivativos	9.447	-
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	3.162	-
Juros e outras receitas financeiras	602	636
	<u>15.838</u>	<u>4.790</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(23.357)</u>	<u>(19.173)</u>

22. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2015			31/12/2014		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	79.826	-	-	90.596	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	117	-	-	115	-	-
Contas a receber	-	3.354	-	-	2.680	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	49.857	-	-	53.569	-
Contas a receber com operações de derivativos	13.583	-	-	5.669	-	-
Passivos						
Contas a pagar com operações de derivativos	(9.388)	-	-	(7.758)	-	-
Debêntures	(153.763)	-	(706.869)	(149.491)	-	(764.344)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(280)	-	-	(320)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(23.627)	-	-	(27.569)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.150)	-	-	(2.157)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	41.686	-	-	(40.492)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)
Total	(69.625)	53.211	(692.964)	(60.869)	56.249	(836.606)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Financiamentos em moeda nacional** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos;
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2015		31/12/2014	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	708.306	715.438	766.088	774.396

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações financeiras e conta reserva	79.943	90.711
Derivativos	4.195	(2.089)
Debêntures	<u>(153.763)</u>	<u>(149.491)</u>
	<u>(69.625)</u>	<u>(60.869)</u>

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

Em 27 de outubro de 2014 a Companhia emitiu debêntures da 2ª série, da 5ª emissão, remuneradas a 5,67% ao ano sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* trocando a totalidade da remuneração por 100% e 99,90% do CDI.

Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nacional)				Valor Justo				Efeito Acumulado				Resultado			
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local	
				31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67%	75.000	75.000	77.445	75.371	(76.475)	(1.555)	-	6.755	2.781	(4.700)	(3.885)	1.604	-	-	
Posição passiva				100% do CDI	-	-	(75.390)	(76.475)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67%	75.000	75.000	77.496	75.457	(76.442)	(1.555)	-	6.828	2.888	(4.688)	(3.873)	1.570	-	-	
Posição passiva				99,90% do CDI	-	-	(75.356)	(76.442)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/03/2015					150.000	150.000	4.195	(2.089)	(3.110)	(3.110)	-	13.583	5.669	(9.388)	(7.758)	3.174	-	-	

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Riscos de juros	<u>3.174</u>	<u>-</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽²⁾	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	401.309	(54.571)	(68.287)	(82.030)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	306.998	(40.845)	(51.094)	(61.359)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	154.889	(22.429)	(25.803)	(29.178)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(153.202)	22.436	25.673	29.020
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	152.949	(18.828)	(23.533)	(28.236)
Total do efeito de perda				<u>(114.237)</u>	<u>(143.044)</u>	<u>(171.783)</u>
As taxas de juros consideradas foram:						
CDI ⁽¹⁾				12,60%	15,75%	18,90%
IPC-A ⁽³⁾				8,13%	10,16%	12,19%

- (1) A taxa apresentada acima refere-se a taxa de 31/03/2015 divulgada pela CETIP e serviu como base para o cálculo provável. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo.
- (2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/03/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

23. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2015, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil – R\$ 59.000;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 23.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 27.427;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 60.000;
- Perda de receita – R\$ 86.015; e
- Veículos: cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 56.500 (R\$ 500 por veículo) e para danos morais R\$ 11.300 (R\$ 100 por veículo).

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 229.343, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

24. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A Companhia mantém conta poupança no montante de R\$ 117 em 31 de março de 2015 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2014), para garantia de realização de compensação ambiental, conforme previsto no contrato de concessão.

25. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Outorga fixa	175.403	190.437	159.230	173.962

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a, compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 31 de março de 2015, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2015	45.104	43.133
2016	60.138	55.110
2017	60.138	52.486
2018	10.023	8.501
Total	175.403	159.230

Notas Explicativas

No decorrer do trimestre de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 15.035 (sendo R\$ 6.169 em caixa e R\$ 8.866 através de encontro de contas financeiras referente ao direito de outorga fixa (R\$ 13.942 no 1º trimestre de 2014, sendo R\$ 6.132 em caixa e R\$ 7.810 através de encontro de contas financeiras).

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita bruta.

O saldo de outorga variável a pagar em 31 de março de 2015 era de R\$ 1.258 (R\$ 1.239 em 31 de dezembro de 2014).

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.484, referente ao direito de outorga variável (R\$ 3.363 no trimestre findo em 31 de março de 2014).

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de março de 2015 esses compromissos totalizavam R\$ 587.191 (R\$ 604.312 em 31 de dezembro de 2014) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

d. Obras a executar

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Não circulante		
Obrigações com o Poder Concedente	1.585	2.253

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias para a Companhia. Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou à Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e a utilização de duas parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

Notas Explicativas

26. Eventos subsequentes

Dividendos

Em 29 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 44.000, representando aproximadamente R\$ 2,9983 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 3,2981 por lote de mil ações preferenciais. Os pagamentos iniciaram-se em 28 de abril de 2015.

Lei 13.103/2015

Em 16 de abril de 2015, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, conforme decisão comunicada pela Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo – Artesp, as disposições da Lei nº 13103/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 3 de março de 2015, relativas às tarifas de pedágio dos eixos suspensos dos caminhões, não se aplicam às rodovias paulistas, em razão do que mantém-se a cobrança normalmente.

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva

CRC 1SP129452/O-3

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. - ViaOeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2015.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

João Rafael Belo de Araújo Filho

Auditores Independentes Contador

CRC n° 2 SP 011609/O-8 CRC n°1 SP 246752/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2015.

Barueri/SP, 13 de maio de 2015.

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2015.

Barueri/SP, 13 de maio de 2015.

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR